



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO-MTE  
CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO - CNIg**

**VI Reunião do Conselho Nacional de Imigração –  
CNIg**

**Ata da ordem do dia 12 de agosto de 2015.**

**Brasília – DF**

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

### Ata da VI Reunião Conselho Nacional de Imigração - CNIg

**Data:** 12 de agosto de 2015.

**Local:** Sala 433 – Ed. Sede MTE

1 Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e quinze teve início a VI Reunião Ordinária do  
2 Conselho Nacional de Imigração – CNIg, sob a Coordenação do Sr. Paulo Sérgio de Almeida,  
3 Presidente do Conselho Nacional de Imigração, titular MTE. Estiveram presentes os seguintes  
4 Conselheiros: Embaixador Rodrigo do Amaral Souza, do Ministério das Relações Exteriores  
5 (**MRE**); Sr. João Guilherme Lima Granja Xavier das Silva, do Ministério da Justiça (**MJ**); Sr.  
6 Osório Vilela Filho, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (**MAPA**); Sra.  
7 Edna de Souza Cesetti e Francisco de Assis C. da Silva, do Ministério do Desenvolvimento da  
8 Indústria e Comércio Exterior (**MDIC**); Sra. Lidia Miranda de Lima, do Ministério da Ciência,  
9 Tecnologia e Inovação (**MCTI**); Sr. Rafael Vieira Bomfim, do Ministério do Turismo  
10 (**MTUR**); Sr. Odilon dos Santos Braga, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do  
11 Brasil (**CTB**); Sr. Vitor Luiz Silva Carvalho, da Central Única dos Trabalhadores (**CUT**); Sr.  
12 Elias Ferreira, da Força Sindical (**FS**); Sra. Marjolaine Bernadete Julliard Tavares do Canto,  
13 da Confederação Nacional do Comercio de Bens Serviços e Turismo (**CNC**); Sra. Christina  
14 Aires Corrêa Lima, da Confederação Nacional da Indústria (**CNI**); Sr. Rodrigo Hugueneu do  
15 Amaral Melo, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (**CNA**); Sr Luiz Henrique  
16 David, da Confederação Nacional dos Transportes (**CNT**); Sra. Kelly Dantas da Silva, da  
17 Confederação Nacional das Instituições Financeiras (**CNF**); Sra. Bela Feldman Bianco,  
18 representando a Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (**SBPC**) dos seguintes  
19 observadores: Sr. Duval Magalhães Fernandes, da Comissão Nacional para População e  
20 Desenvolvimento (**CNPD**); Ir. Rosita Milesi, do Instituto Migrações e Direitos Humanos  
21 (**IMDH**); Sr. Adriano Cristian Souza Carneiro da Defensoria Pública da União (**DPU**); Sr.  
22 Alexandre Rabelo Patury, do Departamento de Polícia Federal (**DPF**) e Sra. Cristiane Maria S.  
23 Lopes, do Ministério Público do Trabalho (**MPT**) dos servidores da Coordenação de Apoio ao  
24 Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração: Sr. Luiz Alberto Matos  
25 dos Santos; Sr. Aldo Candido Costa Filho; Sra. Ana Paula Santos da Silva; Sra. Ana Priscila  
26 Martins da Cruz e Sra. Alessandra Teixeira de Araujo e dos convidados: Sra. Priscila Vilela,  
27 do Ministério Público Federal (**MPF**); Sr. Dimitri Oliveira, Sr. André Rubens Trindade e Sr.  
28 Thiago Koloski, da Academy Botafogo Footbal; Sra. Sarah Rodrigues, Sr. Felipe Sousa, Sr  
29 Leonardo Cavalcanti e Sra. Tânia Tonhati, do Observatório das Migrações Internacionais  
30 (**OBMIGRA**); Sr. Paulo Gustavo Iansen de Sant´Ana, do Ministério das Relações Exteriores

31 (MRE); Sra. Joana Cavalcanti Barbosa, do (ICMPD); justificadas as ausências dos  
32 Conselheiros: Sr. Rinaldo Gonçalves de Almeida do Ministério do Trabalho e Emprego  
33 (MTE); Sra. Maria Auriana Pinto Diniz, do Ministério da Educação (MEC) e Sr. Valdir  
34 Vicente de Barros, da União Geral dos Trabalhadores (UGT) **ABERTURA:** O Presidente do  
35 Conselho Nacional de Imigração (CNIg), **Sr. Paulo Sergio de Almeida**, iniciou a reunião  
36 saudando a todos, agradecendo a presença dos Conselheiros, representantes das Instituições  
37 Observadoras e convidados. Informou a presença da representante da Sociedade Brasileira  
38 para o Progresso da Ciência (SBPC), Sra. Bela Feldman Bianco, da Representante do  
39 Ministério Público do Trabalho (MPT), Sra. Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes, dos  
40 representantes do Botafogo de Ribeirão Preto e do Representante da Divisão de Imigração, Sr.  
41 Paulo Gustavo Iansen de Sant´Ana. Destacou que autorizou a distribuição de um livro que foi  
42 elaborado por uma das empresas que atuam no tema das migrações, intitulado “O estrangeiro  
43 no Brasil”. A **Sra. Bela Feldman Bianco** agradeceu ao Conselho e a SBPC pela oportunidade  
44 de estar como Conselheira e discorreu que espera contribuir, criticamente, com o trabalho do  
45 Conselho. O **Presidente** informou que o Projeto de Lei que vinha sendo debatido no Senado  
46 sobre a revogação da atual lei migratória, concluiu a sua tramitação no Senado, teve a sua  
47 aprovação em caráter terminativo na Comissão de Relações Exteriores, e foi encaminhado a  
48 Câmara dos Deputados. Compreendeu que pelas informações das notas que recebeu da  
49 tramitação na Câmara, foi criada uma Comissão Especial para examinar o PL 5.655/2009 e o  
50 PL 2.516. O Representante do Ministério da Justiça, **Sr. João Guilherme Lima Granja**  
51 **Xavier da Silva**, saudou todos os participantes e informou que está acompanhando a  
52 tramitação do PL 2.516 e que, está tentando dialogar com as Assessorias Parlamentares para  
53 que avaliem o cenário. Articulou que lhe foi destacado que a tramitação do PL ensejaria na  
54 convocação de uma Comissão Especial, que teria sido criada, mas ainda não formada. A  
55 Representante do IMDH, **Irmã Rosita Milesi**, postulou que está indicado na Câmara que  
56 estão aguardando a constituição da Comissão Temporária pela Mesa. O Representante da  
57 CUT, **Sr. Vitor Luiz Silva Carvalho**, explanou que pode pela Bancada dos Trabalhadores  
58 verificarem com as Centrais para saber como está à disputa política e para que essa Comissão  
59 seja instalada. O **Presidente** solicitou que todos os Conselheiros, através de suas entidades e  
60 de suas Assessorias Parlamentares, realizem sugestões para que de fato a Comissão Especial  
61 seja instalada. Comunicou que no dia 22 de outubro será realizado o lançamento do relatório  
62 do Observatório de Migrações Internacional, no Seminário voltado para os novos fluxos  
63 migratórios e os desafios que trazem para as Políticas Públicas Migratórias no Brasil, na  
64 Câmara dos Deputados. Mencionou que a proposta de inclusão na pauta o debate sobre a RN

65 86, que trata da vinda de adolescentes para práticas esportivas no Brasil, pois receberam um  
66 ofício do Ministério Público do Trabalho e da Secretária-Executiva do Fórum Nacional de  
67 Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil solicitando que o CNIg se debruce sobre esse  
68 tema. O Sr. **Vitor Luiz Silva Carvalho** informou que estão participando, representando a  
69 CUT, de uma Comissão Especial da Câmara, que está discutindo os efeitos da Operação  
70 Lava-Jato sobre o emprego no país e solicitou a compreensão de todos, pois terá que se  
71 ausentar entre 11h00 e 13h00 para participar da reunião dessa Comissão. O **Presidente**  
72 informou que atendendo a proposta da Comissão Especial para Estudo do Sistema Brasileiro  
73 de Imigração Laboral Qualificada, criada em 2013, foi assinado contrato com a Fundação  
74 Getúlio Vargas (FGV) para realização da consultoria, elaboração de estudos que irão subsidiar  
75 o Conselho nas formas de atuação, inclusive com propostas normativas ou legislativas que  
76 visam melhorar o sistema brasileiro de atração de trabalhadores com qualificação para o  
77 Brasil. Elucidou que na próxima reunião haverá a participação da Fundação Getúlio Vargas,  
78 que apresentará o projeto para deliberação do Plenário. Seguindo para a aprovação da agenda,  
79 arrazoou que a mesma é composta por: Abertura, Aprovação das Atas das IV e V Reuniões  
80 Ordinárias do CNIg de 2015; Aprovação da Agenda Provisória, Relato do Grupo de Trabalho  
81 de Análise dos Novos Fluxos Migratórios no Brasil, Relato do Grupo de Trabalho de  
82 Organização do Fórum de Participação Social, Relato do Grupo de Trabalho de Revisão da  
83 Resolução Normativa 84/2009, Relato do Grupo de Trabalho sobre o tema do Ingresso de  
84 Crianças e Adolescentes Imigrantes no Brasil, Assuntos Diversos, Apresentação dos dados  
85 estatísticos do segundo trimestre de 2015 e Processos a serem relatados. Propôs a inclusão do  
86 tema da revisão da Resolução Normativa 86 nos assuntos diversos. Os Conselheiros  
87 aprovaram a Agenda com a inclusão sugerida pelo Presidente, que seguiu para a aprovação da  
88 Ata da IV Reunião Ordinária do CNIg de 2015. O Representante do MAPA, Sr. **Osório Vilela**  
89 **Filho**, realizou duas correções de ortografia na página 22 e uma na página 23. Com as  
90 alterações propostas pelo Conselheiro Osório Vilela Filho, o **Presidente** deu por aprovada a  
91 Ata VI Reunião Ordinária do CNIg de 2015 e seguiu para a aprovação da Ata da V Reunião  
92 Ordinária do CNIg de 2015. O Sr. **Osório Vilela Filho** também realizou algumas alterações  
93 pontuais, e com essas alterações propostas pelo Conselheiro Osório Vilela Filho, o **Presidente**  
94 deu por aprovada a Ata V Reunião Ordinária do CNIg de 2015. Prosseguindo para o relato do  
95 Grupo de Trabalho de Análise dos Novos Fluxos Migratórios ao Brasil, o **Presidente**  
96 ponderou que o Grupo de Trabalho compreendeu que seria fundamental o Conselho analisar e,  
97 eventualmente, aprovar a prorrogação da Resolução Normativa 97/2012, que trata da  
98 concessão de visto especial humanitário para haitianos, pois nos últimos dois meses o

99 Governo Federal vem atuando no aprimoramento do processo de acolhimento e recepção dos  
100 imigrantes, particularmente os haitianos. Ilustrou que existe uma série de medidas que estão  
101 sendo implementadas, que vão no sentido de valorizar o ingresso com a obtenção do visto na  
102 Embaixada Brasileira em Porto Príncipe e desestimular o ingresso via fronteira terrestre.  
103 Articulou que já é visível o aumento da expedição de vistos pela Embaixada, que saiu de um  
104 patamar de cerca de 600 vistos para 2.000 vistos por mês. Complementou que além dessa  
105 medida, houve uma sensível redução do número de haitianos no abrigo de Rio Branco, no  
106 Acre, com uma melhor estratégia de oferta de transporte para os haitianos e outros imigrantes,  
107 para Estados em eles possam buscar emprego. Enfatizou a importância que o Ministério da  
108 Justiça teve nessa questão, ao garantir recursos para o transporte e na articulação entre o  
109 Governo Federal, o Estado do Acre e os outros Estados da Federação que estavam recebendo  
110 esses imigrantes e postulou que a Prefeitura de São Paulo criou o Centro de Referência e  
111 Acolhida ao Imigrante (CRAI). Relatou que o Ministério Público do Trabalho ingressou uma  
112 ação contra a União, para que haja um aumento na capacidade de apoio ao Governo do Estado  
113 do Acre na proteção dos imigrantes e que, no final de junho foi realizada uma Audiência de  
114 conciliação em Rio Branco, com a presença de vários representantes do Governo Federal  
115 Acordou-se a realização de outras reuniões entre o Governo Federal, por meio da AGU, e o  
116 Ministério Público do Trabalho, no sentido de formatar um acordo no âmbito da ação civil  
117 pública. Notificou que foi realizada uma reunião em Brasília, cujo anfitrião, o Ministro da  
118 Justiça José Eduardo Cardozo convidou seus homólogos do Peru, da Bolívia e do Equador e  
119 os representantes das áreas migratórias para debater sobre os fluxos migratórios e o combate  
120 às redes de “coiotes” atuantes na região. Comentou que essa reunião resultou em um  
121 documento que chancela um acordo entre os países, no sentido de uma melhor governança  
122 dos fluxos migratórios. Do ponto de vista do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE),  
123 comunicou que o Ministro Manoel Dias avançou na Política de Acolhimento ao Migrante com  
124 a edição de uma Portaria, permitindo a qualquer órgão conveniado com o MTE emitir a  
125 Carteira de Trabalho a estrangeiros, desde que tenha o termo de cooperação com o Ministério  
126 do Trabalho. Arrazou que não possui nenhuma nova atualização sobre o tema emprego dos  
127 novos imigrantes no país e solicitou ao OBMigra para ajudar com esse trabalho, sendo que a  
128 última atualização foi em abril. Ressaltou que o MTE está indignado com atentado cometido  
129 contra seis haitianos em São Paulo e que, o Ministro Manoel Dias elaborou uma Nota de  
130 Repúdio a essa questão. Compreendeu que esse caso deve ser investigado e que não pode  
131 permitir que situações como essas ocorram no país, assim como não se podem permitir ações  
132 de intolerância. O Representante do MRE, **Embaixador Rodrigo do Amaral Souza,**

133 discorreu que não pôde participar da reunião do Grupo de Trabalho e explanou que de fato, a  
134 Embaixada em Porto Príncipe tem aumentado de forma muito expressiva a quantidade de  
135 vistos emitidos com reforço de pessoal e de equipamentos. Elucidou que no dia 22 de julho  
136 foi assinado um acordo entre a Embaixada em Porto Príncipe e o escritório da OIM no Haiti,  
137 sendo que a expectativa é de que em meados de setembro esse acordo esteja operando.  
138 Ponderou que com o funcionamento do acordo, a Embaixada poderá operar em situação de  
139 relativa normalidade e explicou que a Embaixada continuará a receber pedidos de vistos  
140 ordinários, enquanto as solicitações de visto humanitário pela Resolução 97/2012 terão que  
141 ser realizadas no Centro de Processamento de Vistos para haitianos. Com relação à reunião  
142 quadripartite entre Brasil, Peru, Equador e Bolívia, endossou as observações do Presidente  
143 sobre a importância dos acordos que foram alcançados e compreendeu que tudo que foi  
144 acordado em termos de intercâmbio de informações na área policial, na área de controle  
145 migratório, na área de inteligência para o combate aos coiotes, será fundamental. Articulou  
146 que existe o compromisso do Equador de implantar um sistema de registro virtual de  
147 demandantes de visto de turista e que, foi criado um Grupo de Trabalho para monitorar o  
148 fluxo de imigrantes entre os quatro países, através da fronteira terrestre. Explanou que existe a  
149 intenção de, uma vez estabelecido o novo sistema de controle da entrada de imigrantes pela  
150 fronteira terrestre, interromper a emissão de vistos em Quito. Postulou que receberam  
151 informações do Governo do Acre de que até o final do mês de junho houve a entrada pela  
152 fronteira do Acre, de 39.807 imigrantes desde 2010, dos quais 35.968 são haitianos, 3.494 são  
153 senegaleses, 350 são dominicanos e 22 colombianos. O **Presidente** relatou que desde o  
154 momento que foi aprovado o visto humanitário, a Plenária estabeleceu que àqueles que  
155 entrassem pela fronteira terrestre seria concedida a residência, mas ilustrou que por uma  
156 questão de tramitação, grande parte desses imigrantes solicitou refúgio. Relatou que existem  
157 cerca de 34 mil casos de pessoas que estão como solicitante de refúgio e não conseguiram a  
158 residência para poder ter uma vida normal e que, receberam do Ministério da Justiça os dados  
159 dos processos em planilha para conceder as autorizações de residência de forma definitiva.  
160 Comentou que será realizada uma publicação conjunta da relação dos processos, em um *link*  
161 no *site* do Ministério do Trabalho e do Ministério da Justiça. O **Sr. João Guilherme Lima**  
162 **Granja Xavier da Silva** arrazoou que todos os atores do Estado brasileiro envolvidos com a  
163 temática migratória estão passando por dois grandes movimentos, ressaltando a criação da  
164 Câmara Técnica no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social, que discutirá a parte  
165 assistencial de imigração, junto à Comissão de Gestores que é responsável pelo desenho das  
166 atividades dentro da Política de Assistência Social. Ratificou a importância do engajamento

167 do Ministério das Relações Exteriores, no aperfeiçoamento da sistemática da emissão de  
168 vistos e discorreu que a Secretaria de Comunicação da Presidência da República está  
169 desenhando campanhas informativas sobre a importância e a viabilidade da imigração  
170 documentada para o Brasil. Elucidou que houve o fortalecimento das estruturas de  
171 acolhimento na região de São Paulo no período do primeiro semestre e nos Estados do Sul,  
172 que são os principais destinos do fluxo dos imigrantes. Com relação às ações, ponderou que  
173 estão reforçando a estrutura do CONARE para que ganhe capacidades adicionais de  
174 atendimento da demanda de solicitantes de refúgio nas cidades de maior demanda e que está  
175 sendo desenhada uma ação de comunicação para tematizar a prevenção de xenofobia.  
176 Articulou que estão em contato direto com a Polícia Civil, com o Conselho de Justiça do  
177 Estado São Paulo e com Prefeitura da Cidade de São Paulo em uma ação afirmativa, a fim de  
178 evitar episódios de violência contra os imigrantes haitianos registrados na semana passada.  
179 Informou que encontraram soluções tecnológicas, que permite superar um grande gargalo que  
180 o processo manual acabava impondo sobre a tramitação dos processos e que, estão mapeando  
181 outras situações, no âmbito interno do Ministério da Justiça, de processos que merecem  
182 republicação, porque houve algum equívoco ou que não foram registrados após a primeira  
183 publicação ou que tenham ficados perdidos entre a comunicação do Ministério do Trabalho e  
184 o Ministério da Justiça. Postulou que estão realizando a desburocratização dos ritos de  
185 publicação e um esforço de comunicação, junto com as entidades da Sociedade Civil e com as  
186 organizações envolvendo os próprios imigrantes e saudou o esforço de novas instituições no  
187 processo de apoio e fortalecimento das capacidades institucionais do Estado Brasileiro, para  
188 planejar a situação. Acrescentou que estão fazendo um esforço muito específico, em caráter  
189 emergencial do refúgio, pelas solicitações de refúgio pelas quais passaram no CONARE. O  
190 **Presidente** explicou que a ideia é prorrogar a Resolução Normativa por um período de 12  
191 meses e inferiu que o Conselho precisa conjugar esforços com todas as medidas que estão  
192 sendo adotadas, no sentido de valorizar os ingressos formais e reduzir o ingresso via fronteira  
193 terrestre. A Representante da CNC, **Sra. Marjolaine Bernadete Julliard Tavares do Canto**,  
194 relatou que desde que surgiu a questão dos haitianos, foi discutida uma maneira de viabilizar  
195 humanamente o trabalho dessas pessoas e pela primeira vez observou algo concreto nesse  
196 sentido. Registrou o seu cumprimento ao Ministério do Trabalho, pela iniciativa da emissão  
197 da Carteira de Trabalho, ao Ministério da Justiça pela ação efetiva para o transporte dos  
198 haitianos e ao Grupo de Trabalho que está sendo criado no Ministério do Desenvolvimento  
199 Social. Registrou também o seu repúdio total a qualquer tipo de ação xenofóbica e questionou  
200 se há um decréscimo de entrada irregular pela fronteira terrestre com o aumento de emissão

201 de vistos regulares. Intuiu que há necessidade de postergar a Resolução, diante uma situação  
202 de aumento do número da entrada irregular. O **Embaixador Rodrigo do Amaral Souza**  
203 arrazoou que é favorável à prorrogação da Resolução por mais um ano, ressaltando que o  
204 acordo com a OIM tem um período de validade de um ano, podendo ser prorrogado. O  
205 Representante da FS, **Sr. Elias Ferreira**, informou que a sua Central foi totalmente contrária  
206 aos atos de xenofobia ocorridos em São Paulo e compreendeu que o acordo firmado com a  
207 OIM facilitará vinda dos haitianos de forma regular. Afirmou que são favoráveis à  
208 prorrogação da RN 97 e à regularização dos 34 mil pedidos de refúgio dos haitianos. A **Sra.**  
209 **Bela Feldman Bianco** destacou que ficou bastante impressionada com as medidas que estão  
210 sendo tomadas pelos diversos Ministérios em relação à questão dos imigrantes e afirmou que  
211 está totalmente de acordo com a prorrogação da Resolução. Sugeriu que haja  
212 acompanhamento das condições de trabalhos dos haitianos, pois há depoimentos de que o  
213 empregador ainda não respeita os seus direitos após a contratação e inferiu que precisam  
214 elaborar campanhas de comunicação e realizar um monitoramento em relação à questão da  
215 xenofobia. Informou que está acontecendo várias políticas culturais de intervenção e entendeu  
216 que essa questão precisa ser estimulada. O **Presidente** explanou que a questão da exploração  
217 é algo que a Secretaria de Inspeção do Trabalho tem como uma questão importante nas ações  
218 de fiscalização e compreendeu que do Fórum de Participação Social podem surgir propostas  
219 de campanhas que o Conselho poderia encampar como Política Pública. A **Sra. Bela**  
220 **Feldman Bianco** destacou que os imigrantes têm muito medo de realizar as denúncias e  
221 complementou que são muito importantes todas as medidas de facilitar a organização dos  
222 imigrantes ou dos refugiados. A **Irmã Rosita Milesi** manifestou um pedido de atenção com  
223 relação à solução da quantidade de processos acumulados, porque a publicação trará um  
224 volume muito grande de processos e discorreu é necessário assegurar na publicação que o  
225 registro posterior terá um prazo mais longo do que o habitual adotado e que as pessoas que  
226 tiverem os seus protocolos vencidos durante o período tenham uma solução. Apoiou a Nota de  
227 Repúdio ao ato de agressão ocorrido com os imigrantes em São Paulo e entendeu que é  
228 importante reiterar o espírito de solidariedade, de acolhida e de respeito à dignidade dos  
229 imigrantes. Notificou que estão organizando uma rede de instituições para ajudar os haitianos  
230 nos processamentos com a Embaixada e afirmou que estão de acordo com a prorrogação da  
231 norma e que, apóiam as manifestações sobre campanhas ou iniciativas que vão além da  
232 questão política. O **Sr. Odilon dos Santos Braga** elucidou que a questão de fazer o  
233 acompanhamento do trabalho estrangeiro, no caso dos Haitianos, já foi abordada, algumas  
234 vezes no Conselho em reuniões passadas. Destacou que é totalmente favorável à prorrogação



235 | da RN 97/2012 e sugeriu que houvesse um estudo ou uma pesquisa que pudesse confrontar o  
236 | numero de vistos emitidos para haitianos, através dos Consulados e a entrada efetiva destes no  
237 | país. Falou sobre a necessidade de reforçar as distribuições de acolhimento no Brasil.  
238 | Ponderou que se fizesse uma reflexão sobre o ocorrido em São Paulo com os haitianos, pois  
239 | algumas pessoas no Conselho estavam tratando como ato de xenofobia aos haitianos, todavia,  
240 | havia uma hipótese de vingança, pois o agressor teria sido impedido de furtar uma terceira  
241 | pessoa por estes haitianos e posteriormente retornou para agredi-los. Comunicou que a CTB  
242 | também publicou de pronto uma nota repudiando o incidente ocorrido em São Paulo. A  
243 | Representante da CNI, **Sra. Christina Aires Corrêa Lima**, articulou que a CNI também  
244 | apóia a prorrogação da Resolução, como também a regulamentação migratória das pessoas  
245 | que estão solicitando refúgio. O **Presidente** colocou para apreciação dos Conselheiros a  
246 | prorrogação da vigência da Resolução Normativa 97 por 12 meses, a contar a partir do dia 30  
247 | de outubro, e não havendo nenhum comentário, foi aprovada a Resolução nos seguintes  
248 | termos: RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 117, DE 12 DE AGOSTO DE 2015 Prorroga a  
249 | vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. O CONSELHO  
250 | NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e  
251 | organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere  
252 | o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, resolve: Art. 1º Fica prorrogada, até 30 de outubro  
253 | de 2016, a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012. Art. 2º Esta  
254 | Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação. Prosseguindo para o relato do  
255 | Grupo de Trabalho de Organização do Fórum de Participação Social, o Coordenador de apoio  
256 | ao CNIg, **Sr. Luiz Alberto Matos dos Santos**, informou que tendo em vista que o Conselho  
257 | levou um certo tempo discutindo os dados do formulário, a área de tecnologia da informação  
258 | do MTE solicitou no mínimo 30 dias para desenvolvimento do mesmo. Logo após, foram  
259 | realizados testes, entretanto, foram encontradas inconsistências, e a área de informática, está  
260 | realizando os ajustes. Após a realização de novos testes o formulário entrará em produção  
261 | final para disponibilização no site. Ressaltou que foi informado, nesta data que a previsão  
262 | para visualização ocorrerá nos próximos dias e que, será enviado um *e-mail* a todos  
263 | noticiando que o mesmo está no ar para que os interessados possam começar a se manifestar.  
264 | O **Presidente** explicou que a ideia do Fórum de Participação Social sempre foi ampliar a  
265 | capacidade do Conselho interagir com a Sociedade Civil, sendo que a ideia original era  
266 | elaborar uma reunião presencial nesse ano. Arrazoou que vários Conselheiros sugeriram  
267 | conduzir um processo antes de fazer essa reunião presencial para garantir maior transparência  
268 | e democratização da participação e debater os temas que serão tratados e que, diante dessa

269 situação, foi proposto à criação de um formulário de participação em que as pessoas se  
270 cadastrariam como interessadas em participar, e, sinalizariam quais são os temas que  
271 deveriam estar presente nessa primeira edição do Fórum de Participação Social. Discorreu que  
272 já estão na fase de colocar o formulário no ar e informou que assim que for colocado, será  
273 enviado *e-mail* para todos solicitando divulgação. Compreendeu que deveriam soltar um  
274 edital anunciando e convocando para que as pessoas realizem o cadastro e explanou que a  
275 ideia era fazer esse Fórum ainda esse ano, mas caso não seja possível, será realizado no início  
276 de 2016. Prosseguindo para o relato do Grupo de Trabalho de Revisão da Resolução  
277 Normativa 84/2009, a Representante do MDIC, **Sra. Edna de Souza Cesetti**, comunicou que  
278 o MDIC já havia realizado uma reunião no dia 24 de julho, em que convidou diversos órgãos  
279 para debater sobre uma proposta de redação que havia trabalhado com o MCTI. Ponderou que  
280 trouxeram essa proposta para a reunião do GT, que realizou uma série de contribuições muito  
281 relevantes e articulou que foram reafirmadas duas vertentes: que a RN 84 é uma norma para  
282 atração de investimento produtivo e que existe a necessidade de aumento do capital, do valor  
283 do investimento. Elucidou que acordaram o valor de R\$500 mil como regra geral e está sendo  
284 discutido o valor mínimo entre R\$150 e R\$499 mil, para setores estratégicos intensivos em  
285 inovação, pesquisa e desenvolvimento. Destacou que o MTE trouxe as suas preocupações em  
286 relação aos critérios, visto que foram sensíveis em relação a essa questão e notificou que será  
287 realizada uma convocatória para uma reunião prévia no MDIC no dia 03 de setembro, às  
288 10h00 e que, depois na reunião do GT, a ser realizada no dia 08 de setembro, irá consolidar a  
289 proposta. A Representante do MCTI, **Sra. Lídia Miranda de Lima**, postulou que o MCTI e o  
290 MDIC tiveram o consenso entre termos científicos para equacionar qual é a área de incentivo  
291 abaixo de R\$ 500 mil e ilustrou que essa Resolução precisava realmente ser revisada, porque  
292 o valor abaixo de R\$ 150 mil permitiu criar distorções de correções de vistos. Relatou que  
293 depois que apresentaram a parte que interessava sobre ciência e tecnologia com indústria e  
294 comércio, foram observadas várias novas facetas que precisavam ser incorporadas ao texto. A  
295 **Sra. Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes** parabenizou a iniciativa de revisão da Resolução e  
296 sugeriu que seja analisada na reunião do GT a possibilidade de permitir a permanência no país  
297 do estrangeiro que demonstre que, efetivamente, realizou o investimento e eventualmente não  
298 conseguiu se sobressair nesse investimento. O Representante da CNPD, **Sr. Duval Magalhães**  
299 **Fernandes**, relatou que estão em campo com um projeto no CNPq tratando exatamente sobre  
300 a RN 84 e ressaltou que há indicações que possivelmente uma revisão da RN será muito  
301 benéfica tanto para o Governo brasileiro, como para os próprios imigrantes que não  
302 precisaram usá-la como subterfúgio. O **Presidente** agradeceu a todos que participaram dos

303 debates sobre essa questão e arrazoou que espera que na próxima reunião do CNIg tenham o  
304 texto final para ser apreciado pelo Plenário. Seguindo para o relato do Grupo de Trabalho de  
305 Ingresso de Crianças e Adolescente Imigrantes no Brasil, discorreu que ficou a cargo da  
306 Secretaria de Direitos Humanos a apresentação de uma proposta sobre esse tema, porém,  
307 explicou que por conta de licenças do Secretário específico da área não houve condições de  
308 avançarem para uma primeira proposta de Resolução que trate do tema, então ficou adiado o  
309 tema para a próxima reunião do CNIg. O **Sr. João Guilherme Lima Granja Xavier da Silva**  
310 registrou que aproveitarão a ocasião para integrar os trabalhos que estão realizando em  
311 conjunto com outras autoridades migratórias no âmbito do MERCOSUL, que estão focando  
312 em dar implementação a Consultiva 21 da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que  
313 estabelece altos padrões e tratamento do tema das crianças e adolescentes imigrantes.  
314 Informou que vão tentar entrar em contato com a Secretaria dos Direitos Humanos para  
315 reforçar a importância da sua participação e do seu envolvimento no Grupo de Trabalho do  
316 CNIg e que, realizaram um primeiro experimento, em que foi observado que a realidade da  
317 ponta das entidades que dão assistência aos imigrantes, mais ou menos, se defrontam com o  
318 tratamento que é conferido as crianças, sobretudo, as crianças acompanhadas. A **Irmã Rosita**  
319 **Milesi** reiterou a solicitação de que quando for possível, torne efetiva a discussão em torno do  
320 tema e compreendeu que seria oportuno que o CONARE e o CNIg colaborem com essa  
321 Resolução, para que possa resultar em um trabalho mais abrangente considerando todas as  
322 possibilidades e a contribuição dos vários órgãos que atuam no atendimento e nas soluções  
323 em relação às crianças, sejam imigrantes ou refugiadas. Prosseguindo para os Assuntos  
324 Diversos, debate sobre a Resolução Normativa nº 86/2010, a **Sra. Cristiane Maria**  
325 **Sbalqueiro Lopes** articulou que houve a constituição no CNIg de um Grupo de Trabalho para  
326 revisar a Resolução 86, sendo que o próprio Ministério Público do Trabalho solicitou a  
327 suspensão dos seus trabalhos, para aprofundar esse estudo, em função de um Seminário que  
328 foi realizado em dezembro 2014 em Campinas, que reuniu vários segmentos de proteção aos  
329 direitos das crianças. Explanou que em decorrência desse Seminário, foi aprovada uma Carta  
330 de Campinas, na qual se constata a necessidade de adoção de medidas para prevenir violações  
331 de direitos na área de formação profissional desportiva. Postulou que na análise do conteúdo  
332 da Resolução 86, com as normas que vigentes, inclusive, da FIFA e da CBF, que proíbem as  
333 transferências internacionais de atletas em formação, foi observado que a Resolução contraria  
334 as normas de órgãos como a FIFA, não tendo uma atribuição ou uma postura, necessariamente,  
335 condizente com a preservação integral dos direitos da infância. Salientou que a conclusão do  
336 Ministério Público do Trabalho e de representantes que estiveram no Seminário é que seria

337 profícuo descrever qual seria o treinamento profissionalizante e como funcionaria o  
338 intercâmbio como caráter desportivo. Postulou que chegaram à conclusão pela retomada do  
339 Grupo de Trabalho e construção uma Resolução para acomodar as situações legítimas sobre o  
340 intercâmbio cultural, que acontece já no país, inclusive, com participação governamental. O  
341 **Presidente** relatou que a edição da Resolução 86 foi no sentido de resguardar ainda mais a  
342 proteção às crianças e adolescentes que viessem para essa prática esportiva no Brasil e  
343 compreendeu que é fundamental estudar como ter um Marco Normativo possa contemplar a  
344 questão das crianças e dos adolescentes que querem vim para o Brasil e preservar os seus  
345 direitos integrais. Intuiu que precisam aprofundar o entendimento com relação às Resoluções  
346 da FIFA sobre a mobilidade de atletas e que, é adequada a retomada do Grupo de Trabalho  
347 para avaliarem o conteúdo da Resolução 86, para avançarem no aperfeiçoamento dos  
348 procedimentos. O Representante do Botafogo de Ribeirão Preto, **Sr. Dimitri**, intuiu que a Sra.  
349 Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes foi muito feliz, no sentido de separar, efetivamente, o que é  
350 atividade de formação de atletas no país de intercâmbio cultural educacional de estrangeiros.  
351 Destacou que concorda com posicionamento de revisão da Resolução e propôs convidar a  
352 Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para participar das discussões. O **Presidente**  
353 encaminhou pela retomada do Grupo de Trabalho e convidou, conforme sugerido, um  
354 representante da CBF para que possa trazer informações. A Sra. **Sra. Cristiane Maria**  
355 **Sbalqueiro Lopes** sugeriu convidar o Fórum PET para integrar o GT, por ser signatário do  
356 ofício solicitando a revogação ao CNIg. Com relação à apresentação dos dados estatísticos do  
357 segundo trimestre de 2015, o Coordenador Geral de Imigração, **Sr. Aldo Cândido Costa**  
358 **Filho**, arrazoou que foi observado nesse semestre que houve uma redução do número de  
359 pedidos de autorização de trabalho com relação ao semestre passado, fundamentalmente, pela  
360 Resolução Normativa 72, que trata de marítimo na área de petróleo e gás e pela Resolução  
361 Normativa 71, que trata de cruzeiro marítimo, sendo que em 2013 o Conselho ampliou o  
362 prazo de autorização de trabalho de 180 dias para dois anos. Observou que houve um aumento  
363 interessante na área de assistência técnica de tecnologia. O Coordenador de Apoio ao CNIg,  
364 **Sr. Luiz Alberto Matos dos Santos**, explanou que depois que o CNIg passou a analisar  
365 apenas Resoluções específicas, especialmente casos da Resolução Normativa 27, houve uma  
366 redução significativa das demandas, visto que no primeiro semestre de 2014 havia 2.967  
367 publicações. Além disso, no ano passado foram publicadas, *Ad Referendum*, autorizações de  
368 permanência para estrangeiros de várias nacionalidades, exceto haitianos, recomendados pelo  
369 CONARE na X Reunião do CNIg de 2012. Considerando que neste primeiro semestre não  
370 houve encaminhamento dessa listagem contendo os dados para cadastro e publicação, esse

371 fato contribuiu, também, para diminuição significativa de autorizações do CNIg. Discorreu  
372 que em julho foram publicadas 1.343 autorizações, sendo que apenas 125 processos foram  
373 examinados no primeiro semestre e 115 processos no segundo trimestre pela Resolução 27. O  
374 Representante da OBMigra, **Sr. Leonardo Cavalcanti**, complementou que podem observar  
375 que houve uma ligeira redução, sobretudo, na Coordenação-Geral de Imigração (CGIg), mas  
376 explicou que houve um aumento do número de mulheres que solicitaram a, autorização de  
377 trabalho, principalmente, na Resolução 69. Ressaltou que no relatório foi comparado o  
378 primeiro semestre de 2014 com o primeiro semestre de 2015 e ponderou que nos dados gerais,  
379 houve o aumento de 18% no número de mulheres; estabilidade do grupo da idade, da  
380 escolaridade e outros grupos ocupacionais; redução de 11% do número de profissionais de  
381 ciências, indústrias e das artes, redução de 5,2% do número de diretores e gerentes; aumento  
382 de 4,7% do número de técnicos de nível médio; redução de 11,77% do número de pedidos de  
383 autorização de trabalho na produção de bens e serviços, sendo que houve a redução de 16%  
384 dos pedidos dos Estados Unidos e 22% das Filipinas e um aumento dos pedidos da Coréia,  
385 Rússia e Hungria. Com relação às unidades da Federação, elucidou que a cidade do Rio de  
386 Janeiro e de São Paulo se mantiveram nas primeiras colocações em número de pedidos, mas  
387 com uma redução significativa de 31% no Rio de Janeiro e 12% em São Paulo e ponderou  
388 que houve um aumento de 113% nas solicitações do Ceará no segundo semestre de 2015.  
389 Articulou que houve um aumento na Resolução 61 de 18% e na Resolução 69 de 17% nas  
390 autorizações e uma redução de 42% na Resolução 72 e na Resolução 99 de 2,7% nas  
391 autorizações. O Sr. Aldo Cândido Costa Filho explicou que o aumento de coreanos no Ceará  
392 se deu pela construção da Companhia Siderúrgica do Pecém. Terminada a apresentação, Sr.  
393 **Paulo Sérgio de Almeida** passou a tratar dos relatos dos processos, encerrando o debate.

394 Relato dos processos:

395 **1) Relator: MTE; Processo: 46094.000743/2015-73; Nome do estrangeiro: Álvaro de Freitas**  
396 **Gouveia Silva e Dependente(s); País: Portugal; Chamante: Renova Energia S/A; UF: SP; Tipo**  
397 **de Visto: Permanente; Decisão: O processo não foi relatado** **2) Relator: MTE; Processo:**  
398 **46094.031359/2013-51; Nome do estrangeiro: Kristyna Sedláková; País: República Tcheca;**  
399 **Chamante: Rio de Janeiro Escola de Yoga Ltda. - ME; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanente;**  
400 **Decisão: O processo não foi relatado.** **3) Relator: MTE; Processo: 46094.000223//2015-61;**  
401 **Nome do estrangeiro: Soluna Garnes; País: Trinidad e Tobago; Chamante: Soluna Garnes;**  
402 **UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O processo não foi relatado.** **4) Relator: MJ;**  
403 **Processo: 46094.001510/2015-98; Nome do estrangeiro: Paulo Jorge Raposo; País: Angola;**  
404 **Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva;**

405 Decisão: O processo não foi relatado. **5)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.038505/2012-98**; No-  
406 me do estrangeiro: Lawrence Jeffrey Bernstein; País: República da África do Sul; Chamante:  
407 Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O  
408 Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do  
409 Relator. **6)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.020793/2013-13**; Nome do estrangeiro: Francisco  
410 Gastão Mendes; País: Guiné Bissau; Chamante: Defensoria Pública da União em São Paulo;  
411 UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo AR-  
412 QUIVAMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **7)** Relator: **MJ**; Processo:  
413 **46094.009478/2013-27**; Nome do estrangeiro: Raul Flores Aruquipa; País: Bolívia; Chaman-  
414 te: Defensoria Pública da União em São Paulo; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva;  
415 Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompa-  
416 nhando o voto do Relator. **8)** Relator: **MJ**; Processo: **08494.002784/2012-50**; Nome do es-  
417 trangeiro: Louna Khamis Zabara; País: Jordânia; Chamante: Lourival Jose Antunes; UF: SC;  
418 Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo AR-  
419 QUIVAMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **9)** Relator: **MJ**; Processo:  
420 **46094.004879/2014-71**; Nome do estrangeiro: Papa Mamadou Mbaye; País: Senegal; Cha-  
421 mante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O proces-  
422 so foi retirado de pauta. **10)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.019036/2013-99**; Nome do estran-  
423 geiro: Alejandro Rodriguez Balderrama - Outros; País: Bolívia; Chamante: Defensoria Públi-  
424 ca da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu,  
425 por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **11)** Rela-  
426 tor: **MJ**; Processo: **46010-000047/2014-69**; Nome do estrangeiro: Juma Juma Mtumbuka;  
427 País: República da África do Sul; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de  
428 Visto: Permanente; Decisão: O processo foi encaminhado ao CONARE **12)** Relator: **MJ**; Pro-  
429 cesso: **46094.028905/2012-95**; Nome do estrangeiro: Sidney William Dickason; País: Repú-  
430 blica da África do Sul; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Per-  
431 manente; Decisão: O processo não foi relatado. **13)** Relator: **MJ**; Processo:  
432 **46094.041434/2012-19**; Nome do estrangeiro: Edwin Guarachi Condori; País: Outros; Cha-  
433 mante: Defensoria Pública da União em São Paulo; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Deci-  
434 são: O processo não foi relatado. **14)** Relator: **MJ**; Processo: **46010.001498/2013-32**; Nome  
435 do estrangeiro: Ike Chukwu Arinze Envi; País: Nigéria; Chamante: Defensoria Pública da  
436 União em São Paulo; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por  
437 consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **15)** Relator:  
438 **MJ**; Processo: **08460.013507/2012-60**; Nome do estrangeiro: Patrick Nzomba Ngiayi; País:

439 Congo; Chamante: Patrick Nzomba Ngiayi; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanência Definitiva;  
440 Decisão: O processo foi retirado de pauta. **16)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.009837/2013-**  
441 **46**; Nome do estrangeiro: Edwin Guarachi Condori; País: Outros; Chamante: Defensoria Pú-  
442 blica da União em São Paulo; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O  
443 processo não foi localizado. **17)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.006734/2014-13**; Nome do  
444 estrangeiro: Juma Juma Mtumbuka; País: República da África do Sul; Chamante: Defensoria  
445 Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O processo foi encaminhado  
446 ao CONARE. **18)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.035551/2012-35**; Nome do estrangeiro: Ma-  
447 ria Magdalena Smith; País: República da África do Sul; Chamante: Defensoria Pública da  
448 União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por con-  
449 senso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **19)** Relator: **MJ**;  
450 Processo: **46094.020492/2013-81**; Nome do estrangeiro: Maneewan Chaiwan; País: Tailân-  
451 dia; Chamante: Defensoria Pública da União em São Paulo; UF: SP; Tipo de Visto: Perma-  
452 nência Definitiva. Decisão: O processo foi retirado de pauta. **20)** Relator: **MJ**; Processo:  
453 **46094.000719/2014-53**; Nome do estrangeiro: Juma Juma Mtumbuka; País: República da  
454 África do Sul; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente;  
455 Decisão: O processo foi retirado de pauta. **21)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.006092/2014-**  
456 **44**; Nome do estrangeiro: Emma Sara Boustead; País: Grã Bretanha; Chamante: Defensoria  
457 Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por con-  
458 senso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **22)** Relator: **MJ**;  
459 Processo: **46094.003391/2014-27**; Nome do estrangeiro: Blagoy Lakov Dekov; País: Bulgá-  
460 ria; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva;  
461 Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando  
462 o voto do Relator. **23)** Relator: **MJ**; Processo: **46094.045201/2012-87**; Nome do estrangeiro:  
463 Natasha Adelaide Cockrell; País: República da África do Sul; Chamante: Defensoria Pública  
464 da União em São Paulo; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por  
465 consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **24)** Relator:  
466 **MRE**; Processo: **46094.000931/2015-00**; Nome do estrangeiro: Roney Souza; País: Bangla-  
467 desh; Chamante: Defensoria Pública da União; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão:  
468 O processo foi retirado de pauta. **25)** Relator: **MRE**; Processo: **46094.001445/2015-09**; Nome  
469 do estrangeiro: Michael Stocks e Dependente(s); País: Alemanha; Chamante: SWR Sudwes-  
470 trundfunk – Radiodifusão do Sudoeste da Alemanha; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanente;  
471 Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo INDEFERIMENTO do pedido, acompa-  
472 nhando o voto do Relator. **26)** Relator: **MAPA**; Processo: **46215.007557/2015-41**; Nome do

473 estrangeiro: Zeng Qinghui; País: China; Chamante: Zeng Qinghui; UF: RJ; Tipo de Visto:  
474 Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo INDEFERIMENTO do pedido,  
475 acompanhando o voto do Relator. **27)** Relator: **MAPA**; Processo: **46094.001054/2015-86**;  
476 Nome do estrangeiro: Dieter Franklin Wägli; País: Suíça; Chamante: Dieter Franklin; UF: PR;  
477 Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo INDEFERI-  
478 MENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **28)** Relator: **MAPA**; Processo:  
479 **46224.000296/2015-20**; Nome do estrangeiro: Jorge Manuel Simão Felício Projecto e Depen-  
480 dente(s); País: Portugal; Chamante: Vilaris Construções LTDA.; UF: PB; Tipo de Visto: Per-  
481 manente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo INDEFERIMENTO do pedido,  
482 acompanhando o voto do Relator. **29)** Relator: **MS**; Processo: **46094.001185/2015-63**; Nome  
483 do estrangeiro: Rohail Zafar; País: Paquistão; Chamante: Zafar Iqbal Ashar; UF: DF; Tipo de  
484 Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O processo não foi relatado. **30)** Relator: **MS**; Pro-  
485 cesso: **46094.001186/2015-16**; Nome do estrangeiro: Benish Zafar; País: Paquistão; Chamante:  
486 Zafar Iqbal Ashar; UF: DF; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O processo  
487 não foi relatado. **31)** Relator: **MDIC**; Processo: **46221.002301/2015-69**; Nome do estrangeiro:  
488 Stefano Giacomo Pezzini; País: Itália; Chamante: Hunimassa Indústria de Argamassas e  
489 Transporte LTDA - EPP; UF: SE; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O processo foi retirada  
490 do de pauta. **32)** Relator: **MDIC**; Processo: **46094.000364/2015-83**; Nome do estrangeiro:  
491 Luis Jorge Lopes Ribeiro; País: Portugal; Chamante: Malube Comércio, Distribuidora, Importa-  
492 dora e Exportadora LTDA. - ME; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O processo  
493 foi retirado de pauta. **33)** Relator: **MCTI**; Processo: **46094.001611/2015-69**; Nome do estrangeiro:  
494 Armando Diaz Gonzalez e Dependente(s); País: Cuba; Chamante: Armando Diaz Gon-  
495 zalez; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O processo foi sobrestado para cumprimen-  
496 to de EXIGÊNCIAS. **34)** Relator: **MCTI**; Processo: **46215.006896/2015-19**; Nome do  
497 estrangeiro: Monica Moreira Rato Tiple; País: Portugal; Chamante: Monica Moreira Rato  
498 Tiple; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por con-  
499 senso, pelo INDEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **35)** Relator:  
500 **MEC**; Processo: **08709.004321/2013-41**; Nome do estrangeiro: José Garay Garrido; País:  
501 Espanha; Chamante: Sonia Mabel Valda de Carrillo; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência  
502 Definitiva; Decisão: O processo foi retirado de pauta. **36)** Relator: **MEC**; Processo:  
503 **46094.000737/2015-16**; Nome do estrangeiro: Zhang Xin; País: China; Chamante: Zhang  
504 Zengyun; UF: DF; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Processo não foi rela-  
505 tado. **37)** Relator: **MTUR**; Processo: **46094.001407/2015-48**; Nome do estrangeiro: Rafael  
506 Stephane Olivier Mirante Pere; País: França; Chamante: Raphael Stephane Olivier Mirante



507 Pere; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo  
508 DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **38)** Relator: **MTUR**; Proces-  
509 so: **08501.004863/2014-21**; Nome do estrangeiro: Lina Villani; País: Itália; Chamante: Lina  
510 Villani; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por  
511 consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **39)** Relator:  
512 **CTB**; Processo: **46094.001309/2015-19**; Nome do estrangeiro: Lan Caixiao; País: China;  
513 Chamante: Chen Haiya; UF: DF; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu,  
514 por consenso, pelo INDEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **40)** Re-  
515 lator: **CUT**; Processo: **46094.000984/2015-12**; Nome do estrangeiro: Maria Del Rocio Lobo  
516 Machin; País: Espanha; Chamante: Maria Del Rocio Lobo Machin; UF: SP; Tipo de Visto:  
517 Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido,  
518 acompanhando o voto do Relator. **41)** Relator: **FS**; Processo: **46215.006990/2015-60**; Nome  
519 do estrangeiro: Luiz Folch Rodriguez; País: Espanha; Chamante: Luis Folch Rodriguez; UF:  
520 RJ; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo INDEFERI-  
521 MENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **42)** Relator: **FS**; Processo:  
522 **46094.007335/2014-61**; Nome do estrangeiro: Ibrahim Asfour; País: Líbano; Chamante: Ibra-  
523 him Asfour; UF: SP; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso,  
524 pelo INDEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do Relator. **43)** Relator: **CNI**;  
525 Processo: **46094.014728/2013-41**; Nome do estrangeiro: Sherida Joyce Zeedijk; País: Suri-  
526 name; Chamante: Defensoria Pública da União no Amazonas; UF: AM; Tipo de Visto: Per-  
527 manência Definitiva; Decisão: O processo não foi relatado. **44)** Relator: **CNC**; Processo:  
528 **46094.001678/2015-01**; Nome do estrangeiro: Emmy Rosemarie Servizio; País: Alemanha;  
529 Chamante: Inge Ruth Aichelburg; UF: SP; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão: O  
530 Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do  
531 Relator. **45)** Relator: **CNC**; Processo: **46094.001409/2015-37**; Nome do estrangeiro: Noble  
532 Asghar; País: Paquistão; Chamante: Naveed Asghar; UF: DF; Tipo de Visto: Permanência  
533 Definitiva; Decisão: O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, a-  
534 acompanhando o voto do Relator. **46)** Relator: **CNA**; Processo: **46215.029370/2014-18**; Nome  
535 do estrangeiro: André Vitor Monteiro da Silva; País: Portugal; Chamante: André Vitor Mon-  
536 teiro da Silva; UF: RJ; Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O processo foi retirado da pauta.  
537 **47)** Relator: **CNA**; Processo: **46094.000268/2015-35**; Nome do estrangeiro: Chen Zhou; País:  
538 China; Chamante: Chen Hongchun; UF: DF; Tipo de Visto: Permanência Definitiva; Decisão:  
539 O Plenário decidiu, por consenso, pelo DEFERIMENTO do pedido, acompanhando o voto do  
540 Relator. **48)** Relator: **CNT**; Processo: **46094.005843/2014-13**; Nome do estrangeiro: Ana Ma-

541 ria Miguel Manuel - Outros; País: Angola; Chamante: Paulo Jorge Miguel Manuel; UF: RS;  
542 Tipo de Visto: Permanente; Decisão: O processo não foi relatado.

543 Os seguintes processos foram indeferidos *Ad Referendum* por descumprimento da Resolução  
544 normativa e o indeferimento foi referendado pelo Plenário:

545 1) 46094.001534/2015-47; 2) 46215.025969/2014-82; 3) 46094.001854/2015-05;  
546 4) 46215.014920/2015-85; 5) 46094.001762/2015-17; 6) 46094.001484/2015-06;  
547 7) 46094.027119/2013-51; 8) 46094.001766/2015-03; 9) 46094.001495/2015-88;  
548 10) 08018.005706/2014-94; 11) 46094.001764/2015-14; 12) 46094.001765/2015-51;  
549

550 **ENCERRAMENTO:** Após o relato dos processos e não havendo nada para tratar, o  
551 Presidente, Sr. Paulo Sérgio de Almeida agradeceu a presença e a contribuição de todos e  
552 encerrou a VI Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Imigração do dia doze de agosto  
553 de dois mil e quatorze.

554

555

556

557

558

559

Paulo Sérgio de Almeida  
Ministério do Trabalho e Emprego

561

562

563

564

565

566

567

568

Brasília  
Agosto 2015.

569